



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**OPPENS SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO
ENTRE PESSOAS S.A.
(CNPJ 44.064.068/0001-00)**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes	4
Balanco patrimonial	6
Demonstração dos resultados	7
Demonstração dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras	
1 Contexto operacional	11
2 Base para elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras	11
3 Principais práticas contábeis	11
4 Caixa e equivalentes de caixa	14
5 Títulos e valores mobiliários	14
6 Ativo não circulante	14
7 Fornecedores	15
8 Obrigações tributárias	15
9 Patrimônio líquido	16
10 Demonstrações do resultado	16
11 Imposto de renda e contribuição social	17
12 Gerenciamento de capital e acordo de Basileia (não auditado)	18
13 Gerenciamento de riscos	19
14 Transações com partes relacionadas	21
15 Serviços prestados pelos auditores independentes	21
16 Declaração de conformidade	21
17 Eventos subsequentes	21



Relatório da Administração

A administração da **Oppens Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S/A** (“Oppens SEP”) em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas bem como do relatório dos auditores independentes.

A Oppens SEP S.A adota política de gestão corporativa de acordo com as normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN) e com as melhores práticas de mercado buscando aprimorar continuamente seu modelo de gestão, guiado pelas diretrizes da sustentabilidade e pelos princípios da ética, da transparência, do respeito, da responsabilidade na condução dos negócios e da equidade no relacionamento com todos os seus parceiros e clientes.

Em conformidade com a Resolução 162/22 (até 14/06/22 de acordo com a ICVM nº 381), informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023, não foi contratada para a prestação de outros serviços à Oppens SEP que não sejam os de auditoria independente.

Em observância às disposições constantes da Res 80/22 (até 30/03/22 pela IN CVM nº 480/09), a Diretoria da Oppens SEP declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2023.

A Administração da Oppens SEP agradece aos acionistas, investidores, clientes e fornecedores e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos profissionais que tomaram possível tal desempenho.

Brasília, 22 de abril de 2024

A Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos Diretores da
Oppens Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **Oppens Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S.A. ("Oppens SEP")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Oppens SEP** em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação a Oppens SEP de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Excesso de Limite de Exposição por Cliente

Conforme Nota 13(b), em 31 de dezembro de 2023, a Oppens SEP encontrava-se desenquadrada no Limite de Exposição por Cliente - LEC, estabelecido no artigo 19 da Resolução no 4.677/18, que estabelece o percentual de 25% como máximo de exposição por cliente, calculado sobre o Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o relatório do auditor

A administração da Oppens SEP é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Oppens SEP.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Oppens SEP.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Oppens SEP. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Oppens SEP a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília, 22 de abril de 2024

Mazars Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP023701/O-8

DocuSigned by:

823E6D3FC28C4F6...
Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC 1SP191325/O-0

Oppens Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A.
(CNPJ 44.064.068/0001-00)

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Não auditado)
Expresso em Reais

Ativo	Nota	2023	2022 (Não auditado)
Circulante			
Disponibilidades	4	132	-
Títulos e valores mobiliários	5	1.290.665	1.233.683
Total do ativo circulante		1.290.797	1.233.683
Não circulante			
Imobilizado	6(a)	20.030	-
Intangível	6(b)	5.000	-
Total do ativo não circulante		25.030	-
Total do ativo		1.315.827	1.233.683
Passivo	Nota	2023	2022 (Não auditado)
Circulante			
Fornecedores	7	514	-
Obrigações tributárias	8	43.354	10.681
Total do passivo circulante		43.868	10.681
Patrimônio líquido			
Capital social	9(a)	1.200.000	1.200.000
Reservas de lucros	9(b)	71.959	1.150
Lucros acumulados		-	21.852
Total do patrimônio líquido		1.271.959	1.223.002
Total do passivo e patrimônio líquido		1.315.827	1.233.683

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Oppens Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A.
(CNPJ 44.064.068/0001-00)

Demonstração dos resultados
Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023 e
período findo em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)
Expresso em Reais

	Nota	Semestre	Exercício e período findos em	
		findo em 31/12/23	31/12/23	31/12/22 (Não auditado)
Receitas da intermediação financeira	10(a)			
Intermediação de empréstimos		325	325	-
Operações com títulos mobiliários		71.187	145.908	52.437
Receita bruta		71.512	146.233	52.437
Deduções da receita bruta		(3.391)	(6.831)	(2.438)
Receita líquida		68.121	139.402	49.999
Despesas e receitas operacionais				
Gerais e administrativas	10(b)	(27.812)	(62.513)	(19.058)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro		40.309	76.889	30.941
Receitas e despesas financeiras	10(c)	(9.562)	(9.564)	(675)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		30.747	67.325	30.266
Despesa de IRPJ e CSLL	11	(9.589)	(18.368)	(7.264)
Lucro líquido do exercício, semestre e período		21.158	48.957	23.002
Quantidade de ações		1.200.000	1.200.000	1.200.000
Lucro por ação		0,0176	0,0408	0,0191

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Oppens Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A.
(CNPJ 44.064.068/0001-00)

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023 e
período findo em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	Semestre	Período e exercício findos em	
		findo em	31/12/23	31/12/22
		31/12/23	(Não auditado)	
Resultado líquido do semestre, exercício e período		21.158	48.957	23.002
Resultado abrangente		21.158	48.957	23.002

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Oppens Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A.
(CNPJ 44.064.068/0001-00)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023 e
período findo em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)
Expresso em Reais

	Capital social	Reservas		Lucros/ (Prejuízo) acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros		
Em 04 de novembro de 2022 (Data de início da operação)	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	1.200.000	-	-	-	1.200.000
Lucro do período	-	-	-	23.002	23.002
Constituição de reserva legal	-	1.150	-	(1.150)	-
Em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)	1.200.000	1.150	-	21.852	1.223.002
Em 01 de janeiro de 2023	1.200.000	1.150	-	21.852	1.223.002
Lucro do exercício	-	-	-	48.957	48.957
Constituição de reserva legal	-	2.447	-	(2.447)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	68.362	(68.362)	-
Em 31 de dezembro de 2023	1.200.000	3.597	68.362	-	1.271.959
Saldo em 30 de junho de 2023	1.200.000	1.150	-	49.651	1.250.801
Lucro do semestre	-	-	-	21.158	21.158
Constituição de reserva legal	-	2.447	-	(2.447)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	68.362	(68.362)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.200.000	3.597	68.362	0	1.271.959

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Oppens Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A.
(CNPJ 44.064.068/0001-00)

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023 e
período findo em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)
Expresso em Reais

	Semestre findo em 31/12/23	Exercício findo em 31/12/23	Período findo em 2022 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre, exercício e período	21.158	48.957	23.002
Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	355	355	-
Lucro líquido ajustado	21.513	49.312	23.002
Variação no capital circulante			
Fornecedores	(143)	514	-
Obrigações tributárias	21.827	32.673	10.681
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	43.197	82.499	33.683
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(20.385)	(20.385)	-
Aquisição de intangível	(5.000)	(5.000)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(25.385)	(25.385)	-
Fluxo de caixa de financiamento			
Integralização de capital	-	-	1.200.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-	-	1.200.000
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	17.812	57.114	1.233.683
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.272.986	1.233.683	-
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	1.290.797	1.290.797	1.233.683
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	17.812	57.114	1.233.683

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Oppens Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A. (CNPJ 44.064.068/0001-00)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A **Oppens Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S.A.** (“Oppens SEP” ou “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Brasília/DF na SBN QUADRA 2, Sala 409, Bloco F, Asa Norte, 70040-020, organizada sob a forma de Sociedade de Empréstimo entre Pessoas (SEP) autorizada pelo Banco Central em 27 de outubro de 2022 com publicação no Diário Oficial da União em 4 de novembro de 2022, de acordo com a Resolução no 4.656 de 26 de abril de 2.018 que disciplina a realização de operações de empréstimo e financiamento entre pessoas por meio de plataforma eletrônica online, conectando pessoas e empresas que necessitam de empréstimos a investidores, tornando este processo mais rápido, eficiente e justo no modelo *marketplace peer to peer lending*.

Durante o exercício de 2023 a Oppens SEP destinou os seus esforços na fase pré-operacional, desenvolvendo e preparando a plataforma de intermediação para então entrar em operação. Cumpriu-se com sucesso o prazo do Banco Central do Brasil (BACEN) de entrar em operação até 1 ano após a aprovação da SEP com a primeira operação intermediada acontecendo em 16 de novembro de 2023.

2 Base para elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras da **Oppens SEP** foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações no 6.404/76, com alterações introduzidas pela Lei no 11.638/07 e Lei no 11.941/09, em consonância, quando aplicável, com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Essas demonstrações foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade, em que a Administração avalia a capacidade operacional no futuro previsível por meio de planejamento anual, fluxos de caixa e revisão dos controles e responsáveis pela governança. As contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A Administração entende que essa forma de apresentação proporciona informação mais relevante e confiável aos leitores destas Demonstrações Financeiras.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a adoção de estimativas, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e sobre receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

O CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo CMN.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela administração em 19 de abril de 2024.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis na preparação das Demonstrações Financeiras foram:

- (a)** As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Oppens SEP.

Oppens Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A.
(CNPJ 44.064.068/0001-00)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado)

- (b) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “pro rata” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
- (c) Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo de vencimento original igual ou inferior a noventa dias, sendo o risco insignificante de mudança de valor justo.
- (d) Os bens e direitos, classificados no imobilizado, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas anuais, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.
- (e) Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidências de que tenha ocorrido redução de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda, ajustando o valor contábil líquido. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.
- (f) Outros ativos e passivos são demonstrados pelo seu valor de realização, incluindo, quando aplicável, juros e variações monetárias ou cambiais, incorridos em base “pro rata” dia.
- (g) O encargo do imposto de renda é calculado à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 240.000 no ano. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado, na forma da legislação vigente, a alíquota de 9%, estabelecida pelo artigo 3o da Lei nº 7.689/88. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.
- (h) Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são reconhecidos, mensurados e divulgados, da seguinte forma:
- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
 - **Contingências passivas** - são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.
 - **Obrigações legais (Fiscais e previdenciárias)** - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, de acordo com a sua probabilidade de perda.
- (i) O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações do capital social integralizado nas datas das Demonstrações Financeiras.

Oppens Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A.
(CNPJ 44.064.068/0001-00)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado)

(j) Uso de estimativas contábeis - A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como:

- (i) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado;
- (ii) amortização de intangível;
- (iii) avaliação de instrumentos financeiros;
- (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes.

Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

(k) Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos sendo: (i) os títulos de renda fixa, atualizados com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos de seus respectivos vencimentos; (ii) as ações, atualizadas com base na cotação média informada por Bolsa de Valores onde são mais negociadas; e (iii) as aplicações em fundos de investimento, atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários estão nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- Títulos disponíveis para venda - são os títulos e valores mobiliários os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento. Os ajustes ao valor de mercado (ganhos e perdas não realizados) são registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado quando efetivamente realizados.
- Títulos mantidos até o vencimento - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até a data de seus respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado

(l) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O Imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com a legislação tributária brasileira, lucro real, nas bases estabelecidas neste regime à taxa de 15% de imposto de renda, com adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240.000,00 e 9% de contribuição social.

Os créditos tributários são calculados com base nas alíquotas vigentes, incidente sobre as bases de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL.

Oppens Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A.
(CNPJ 44.064.068/0001-00)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado)

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Disponibilidades	132	-
	<u>132</u>	<u>-</u>

5 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023, a composição dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídas em certificados de depósitos bancários, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Vencimento</u>	<u>Valor de Mercado</u>	
		<u>2023</u>	<u>2022</u> (Não auditado)
Inter CDB Pos DI Liquidez Diária	Diário	166.525	229.483
BB CDB DI	Diário	1.124.140	1.004.200
Total		<u>1.290.665</u>	<u>1.233.683</u>

6 Ativo não circulante

(a) Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2023, o imobilizado estava composto conforme abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>Depreciação anual (%)</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>adições</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Móveis e utensílios	10,00	-	9.263	(127)	9.137
Computadores e periféricos	20,00	-	11.122	(228)	10.893
Total		<u>-</u>	<u>20.385</u>	<u>(355)</u>	<u>20.030</u>

(b) Intangível

O valor de intangível se refere às despesas realizadas com a contratação de prestadores de serviços para o desenvolvimento da plataforma de crédito da Oppens SEP. Em 31 de dezembro de 2023 o Intangível estava composto pelos seguintes valores:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Intangível	-	5.000	-	5.000
Total	<u>-</u>	<u>5.000</u>	<u>-</u>	<u>5.000</u>

Oppens Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A.
(CNPJ 44.064.068/0001-00)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a plataforma estava em fase final de homologação e testes e, portanto, ainda não iniciamos a amortização pelo prazo de vida útil que se espera retornos financeiros.

7 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de fornecedores estava composto conforme abaixo:

Descrição	Valor	
	2023	2022 (Não auditado)
Serpro - Brasília/DF (i)	37	-
Gestora de Inteligência de Crédito S.A (ii)	477	-
Total	514	-

(i) O Serviço de Processamento de Dados do Governo Federal (Serpro) fornece API's utilizadas para a Oppens SEP para realização das validações faciais e documentais dos investidores/tomadores que se cadastram na plataforma.

(ii) Serviço de *bureau* de crédito, utilizado pela Oppens SEP para realização das classificações de risco dos tomadores.

8 Obrigações tributárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (não auditado), os valores a pagar estavam registrados conforme abaixo:

Descrição	Valor	
	2023	2022 (Não auditado)
Provisão para IRPJ (i)	19.092	4.447
Provisão para CSLL (ii)	12.251	2.724
COFINS a Recolher (iii)	10.292	2.620
PIS a Recolher	1.674	454
IOF sobre transações a recolher	6	-
PIS/COFINS/CSLL retidos a recolher	23	174
ISS a Recolher	16	-
IRRF a Recolher	-	262
Total	43.354	10.681

(i) Provisão para recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Valores não recolhidos nos trimestres anteriores, atualizado monetariamente.

(ii) Provisão para recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Valores não recolhidos nos trimestres anteriores, atualizado monetariamente.

(iii) Valores a serem recolhidos a título de COFINS sobre receitas financeiras e sobre as tarifas cobradas sobre operações de empréstimos entre pessoas.

Oppens Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A.
(CNPJ 44.064.068/0001-00)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado)

9 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é de R\$ 1.200.000, está representado por 1.200.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

Descrição	2023	2022 (Não auditado)
Legal (i)	3.597	1.150
Retenção de Lucros (ii)	68.362	-
Total	71.959	1.150

(i) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.

(ii) Constituída com base no lucro não distribuído após todas as destinações, com anuência de 100% dos acionistas considerando os objetivos de investimentos e expansões da Instituição, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

10 Demonstrações do resultado

(a) Receitas da intermediação financeira

Descrição	Semestre findo em 31/12/23	Exercício findo em 31/12/23	Período findo em 31/12/22 (Não auditado)
Intermediação de empréstimos (Vide Nota 1 e 6)	325	325	-
Operações com títulos mobiliários	71.187	145.908	52.437
Total	71.512	146.233	52.437

(b) Despesas gerais e administrativas

Descrição	Semestre findo em 31/12/23	Exercício findo em 31/12/23	Período findo em 31/12/22 (Não auditado)
Serviços de terceiros (i)	14.189	37.914	17.495
Aluguéis	7.992	17.214	1.537
Material de escritório	2.985	2.985	-
Energia elétrica	217	378	27
Depreciações	355	355	-
Despesas com viagens	-	169	-

Oppens Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A.
(CNPJ 44.064.068/0001-00)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado)

<u>Descrição</u>	<u>Semestre findo em 31/12/23</u>	<u>Exercício findo em 31/12/23</u>	<u>Período findo em 31/12/22</u> (Não auditado)
Despesas com internet	160	160	-
Combustível	-	100	-
Taxas diversas (ii)	1.914	3.238	-
Total	27.812	62.513	19.059

(i) Substancialmente composta por serviços jurídicos e paralegais, de tecnologia e contábeis

(ii) Substancialmente composta por taxas pagas a Junta Comercial e Secretaria da Fazenda

(c) Receitas e despesas financeiras

<u>Descrição</u>	<u>Semestre findo em 31/12/23</u>	<u>Exercício findo em 31/12/23</u>	<u>Período findo em 31/12/22</u> (Não auditado)
Tarifas Bancárias	(422)	(422)	-
Juros de Mora	(31)	(31)	(1)
Despesa com IOF	(29)	(29)	(674)
Multas de Mora	(2)	(5)	-
Descontos Financeiros Obtidos	113	113	-
Multa e juros sobre IRPJ e CSLL (i)	(6.478)	(6.478)	-
Multa e juros sobre PIS e Cofins (i)	(2.712)	(2.712)	-
Total	(9.561)	(9.564)	(675)

(i) Vide Nota 8

11 Imposto de renda e contribuição social

	<u>Semestre findo em 31 de dezembro de 2023</u>	<u>Exercícios findos em</u>	
		<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	30.747	67.325	30.266
Despesas Não Dedutíveis	9.209	9.209	-
Base de Cálculo do Imposto	39.956	76.534	30.266
Imposto de Renda 15%	5.993	11.480	4.540
Contribuição Social 9%	3.596	6.888	2.724
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.589	18.368	7.264

Oppens Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A.
(CNPJ 44.064.068/0001-00)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado)

12 Gerenciamento de capital e acordo de Basiléia (Não auditado)

A Oppens SEP é optante pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), de que trata a Resolução CMN 4.606/17, sendo pertencente ao Grupo II, composto pelas instituições não bancárias de atuação em concessão de crédito, exceto agências de fomento, segundo o mesmo normativo.

Desta forma, a Oppens SEP está classificada no Segmento S5, nos termos da Resolução CMN 4.553/2017 que trata da segmentação das instituições financeiras para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial, cujo objetivo é o de promover a eficiência do SFN (Sistema Financeiro Nacional), mantendo aderência aos Acordos de Basileia.

Ao optar pela metodologia do Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) e pertencente ao Grupo II, a Oppens SEP deve manter permanentemente o seu Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) em valor superior a 15% do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco na Forma Simplificada (RWAS5), como definido na Resolução CMN 4.813/2020.

Adicionalmente, a Oppens SEP deve observar e manter limite mínimo de R\$ 1 milhão em relação ao Capital Social Integralizado e Patrimônio Líquido, conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.656/2018, que dispõe sobre a sociedade de crédito direto e a sociedade de empréstimo entre pessoas.

As exigibilidades e o cumprimento dos requerimentos de capital da Oppens SEP são demonstrados no quadro a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Patrimônio de Referência (PRS5)	1.315.283	1.232.611
Ativos Ponderados pelo Risco (RWAS5)	645.359	616.842
Risco de Crédito (RWARCSimp)	645.359	616.842
Risco Operacional (RWAROSimp)	-	-
Risco de Câmbio (RWACAMSimp)	-	-
Requerimento mínimo PRS5	109.711	104.863
Margem / (Falta)	1.205.572	1.205.572
Requerimentos Res. 4.656	1.000.000	1.000.000
Capital Social	1.200.000	1.200.000
Margem / (Falta) Capital Social	200.000	200.000
Patrimônio Líquido	1.315.827	1.233.683
Margem / (Falta) Patrimônio Líquido	315.827	233.683
Índice da Basiléia	103,81%	99,83%

Estrutura de Gerenciamento de Capital: a Resolução CMN 4.606/2017 estabelece, entre outros requerimentos, que a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos das instituições enquadradas no Segmento S5 deve prever o monitoramento dos níveis de capital.

Desta forma, a Oppens SEP estabeleceu políticas e procedimentos específicos de gerenciamento de capital que incluem, entre outros, a apuração mensal do capital requerido em função dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWAS5) e projeções recorrentes das necessidades de capital, considerando os resultados projetados e as obrigações societárias com os acionistas.

Oppens Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A.
(CNPJ 44.064.068/0001-00)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado)

13 Gerenciamento de riscos

(a) Estrutura

A estrutura de gerenciamento contínuo de riscos, desenvolvida e implantada pela Oppens SEP, é composta por políticas e procedimentos, incluindo os papéis e responsabilidades dos diferentes níveis da Instituição, que tem por objetivos identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que a organização está exposta na execução das suas atividades, visando garantir a consecução dos seus objetivos e a sustentabilidade dos seus negócios.

A Oppens SEP está classificada no Segmento S5 para efeito de aplicação proporcional da regulação prudencial, nos termos da Resolução CMN 4.553/17, e a sua estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o seu modelo de negócio, com a natureza das suas operações e com a complexidade dos seus produtos, serviços, atividades e processos, sendo também adequada ao seu perfil de riscos.

A gestão de riscos é parte integrante da Governança Corporativa da organização, onde insere-se a sua estrutura de gerenciamento para os riscos financeiros (crédito, liquidez e mercado) e riscos não financeiros (operacional, regulatório e socioambiental), os quais contam com processos e procedimentos específicos de gerenciamento. Completando a estrutura, estão as políticas e procedimentos de gerenciamento de capital, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11.

Cada fator de risco mencionado conta com os seus processos de mapeamento e gerenciamento, conforme descrito a seguir:

(b) Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito ou de ativo financeiro decorrente da deterioração na qualidade creditícia do tomador ou contraparte, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação de contratos ou reestruturação de ativos financeiros, aos custos de recuperação, dentre outros.

Embora seja vedada a assunção de risco de crédito em suas atividades de intermediação de empréstimos e financiamentos entre pessoas, a Oppens SEP estabelece e executa políticas e procedimentos específicos e proprietários, considerando o fato destas atividades constituírem o core dos negócios da Oppens SEP, visando a excelência na qualidade dos serviços e, através dela, a satisfação dos seus clientes tomadores e credores.

Entretanto, a organização está exposta ao risco de crédito ou de contraparte relacionado à aplicação dos seus recursos próprios, os quais são gerenciados através de procedimentos de seleção e aprovação de contrapartes, bem como pelo estabelecimento de limites específicos por contraparte.

Conforme Ofício 29481/2023-BCB/DESUC do BACEN, de 06/11/23, a instituição encontra-se desenquadrada no limite operacional de exposição por cliente, não tendo sido observado o limite de 25% do Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), ainda que não relacionado a operações de crédito no formato *peer to peer lending*, que representa o objeto principal da entidade, e sim em repasse do capital social em título e valor mobiliário em banco de primeira linha nacional. Estamos em processo de análise para regularização dessa situação ao longo do exercício de 2024.

Para fins deste Título, deve ser considerado como cliente a pessoa natural ou jurídica que seja contraparte em exposição da instituição, nos termos da Resolução nº 4.557, Resolução nº 4.677, de 31 de julho de 2018 Página 4 de 24 de 23 de fevereiro de 2017.

Oppens Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A.
(CNPJ 44.064.068/0001-00)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado)

(c) Risco de liquidez

Define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Os procedimentos relacionados ao risco de liquidez estabelecem limites mínimos de ativos líquidos em face aos fluxos de caixa projetados, assim como define quais instrumentos financeiros devem ser considerados como ativos líquidos.

(d) Risco de mercado

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição.

Considerando as definições da Resolução CMN 4.606/2017, relacionadas aos requisitos de enquadramento e manutenção da Oppens SEP no Segmento S5, não são permitidas a contratação e manutenção de quaisquer instrumentos que possam gerar riscos de mercado, notadamente riscos de câmbio, ações e commodities.

(e) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Neste fator de risco estão incluídos os riscos cibernéticos.

Os riscos operacionais da organização são classificados de acordo com a sua natureza e contam com procedimentos de monitoramento, avaliação e comunicação formalizados, incluindo eventuais perdas decorrentes.

Adicionalmente, a Oppens SEP conta com Plano de Contingência e de Continuidade de Negócios, devidamente formalizado e implantado, que define as categorias de contingências e os procedimentos específicos de cada uma delas, visando mitigar os riscos de descontinuidade nos negócios da organização.

(f) Risco socioambiental

Conforme descrito pela Resolução CMN4.945/21, define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais que venham a ser causados pelas atividades da Instituição financeira.

Ao realizar a intermediação de empréstimos e financiamento entre pessoas, a Instituição está exposta ao risco de indiretamente fomentar pessoas ou atividades que provocam ou possuem potencial de provocar danos socioambientais e, conseqüentemente, à reputação da Instituição.

Neste sentido, a Oppens SEP adota políticas e procedimentos de "Conheça seu Cliente - KYC" que visam mitigar os riscos socioambientais da organização, associado às operações intermediadas.

(g) Risco regulatório

O risco regulatório ou legal pode ser definido como as perdas incorridas e/ou sanções sofridas pela Instituição decorrentes do descumprimento de dispositivos regulatórios ou legais.

Oppens Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A.
(CNPJ 44.064.068/0001-00)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado)

Visando mitigar estes riscos, a Oppens SEP adota políticas e procedimentos específicos para o acompanhamento de novas leis e regulamentos aplicáveis às suas atividades, bem como alterações nos existentes, buscando a permanente conformidade com as leis e regulamentos pertinentes.

14 Transações com partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância o Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas. A Administração da Instituição não possui transações com partes relacionadas.

15 Serviços prestados pelos auditores independentes

Informamos que a empresa contratada para auditoria independente das Demonstrações Financeiras, a Mazars Auditores Independentes, não prestou outros serviços, no período compreendido entre a contratação e a entrega do relatório final, que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

16 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras da Instituição foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovados pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

A Administração da Instituição declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Instituição na sua gestão.

17 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

* * *

Paulo Roberto Penteadó Bissacot
Diretor
CPF: 027.025.728-47

Maria Lucia de Sousa Moraes
Reg. no CRC - DF sob o No. DF-004005/O
CPF: 279.489.191-04"